

DEMANDA DE UTOPIAS

Ricardo Goldenberg

O professor Paulo Silveira teve a gentileza de convidar-me para dar uma das aulas do seminário que organizou junto com a professora Irene Cardoso na faculdade de Sociologia da USP. O nome do seminário era *Utopia e mal-estar na civilização*, e foi sob este título que comecei a trabalhar na palestra que daria. Eu me concentrei na primeira das suas duas partes, na questão das utopias, simplesmente porque estava menos familiarizado com ela e desejava aproveitar a ocasião para estudar um pouco o assunto. Quanto à segunda parte do título, o “mal-estar na civilização”, supôs que o mais provável era que se referisse ao texto de Freud do mesmo nome, tornado canônico como o texto sociológico do mestre vienense¹.

Muito me surpreendeu constatar, depois de algumas leituras², que desde a antigüidade clássica até a modernidade — desde Platão até Huxley, passando por Campanella, More ou Cabet —, os utopistas foram constituindo uma discursividade *sui generis* cuja estrutura parecia idêntica à do discurso que os psicanalistas denominam “discurso do Mestre (e Senhor)”³.

Durante a exposição pude constatar que não era eu o único surpreso. Pelo teor da discussão tive a nítida impressão de que minha audiência antecipava ou esperava uma oposição que eu não fiz (não podia fazer) entre utopia e mal-estar. A idéia, mais ou menos consensual, que pude perceber, era que este milênio chegava a

¹ Em outro lugar (cf. *Ensaio sobre a moral de Freud*, Salvador: Ágalma, 1994) tentei demonstrar que este ensaio de Freud faz parte por direito próprio da metapsicologia, e que de modo algum pode ser tido como um exercício de psicanálise aplicada.

²Lapouge Gilles, *Utopie et civilisations*, Paris, 1978; Cioran E.M., *Histoire et utopie*, Paris, 1960; Servier Jean, *Histoire de l'utopie*, Paris, 1967; Mucchielli Robert, *Le mythe de la cité idéale*, Paris, 1960.

Antes que introduzir aqui uma reflexão teórica, tão insuficiente quanto tediosa, decidi deixar que meu texto se explique por si próprio quanto às características deste discurso em questão. Quem quiser aprofundar, contudo, pode consultar o seminário XVII de Lacan, *L'envers de la psychanalyse*, Paris: Seuil, 1991 (há tradução brasileira pela Zahar, Rio de Janeiro) ou meu *Ensaio sobre a moral de Freud*, Salvador: Ágalma, 1994, especialmente a parte dedicada ao “Super-eu”

seu fim sensivelmente desprovido de milenaristas dignos do nome. Embora muitos preguem hoje em dia o fim dos tempos, poucos defendem verdadeiras utopias. Ninguém acredita em nada, digamos assim. Esta carência de um sonho que sirva como bússola estaria na base do cinismo generalizado que podemos constatar a cada dia ao abrir o jornal ou sair na rua. Particularmente visível entre os jovens, esta postura *blasé* nos faria agir como desenganados da vida.

(Meus contemporâneos lembrarão do “*the dream is over*”, do assassinado Lennon [por um utopista, diga-se!], lançado na esteira da onda de censura que alagou o Reino Unido no final da década de sessenta, afogando os *Swinging Sixties*. Este surto de puritanismo reacionário, disse Neil Aspinall, aconteceu porque todos estavam passando bem demais, “*everybody was having too much fun*”⁴. Isso era insuportável, parece. Voltaremos sobre este ponto)

Em todo caso, o debate na USP me deixou a impressão de que falava para uma platéia que já tinha uma opinião formada: novas utopias seriam necessárias para amenizar um pouco o mal-estar em nossa civilização. Minhas leituras, contudo, conduziram-me na direção oposta: as utopias estariam antes do lado da causa que da solução do dito mal-estar. Seja qual for seu signo, dizia, as utopias estão estruturadas conforme o “discurso do Mestre”. Isso não quer dizer que sejam todas iguais; as diferenças entre as grandes utopias não são poucas. Não obstante, todas elas coincidem num traço essencial, o fato de estarem organizadas em relação a um horizonte ideal, proposto à comunidade como o fim a ser alcançado para reencontrar o éden perdido. Horizonte tomado como o Bem Supremo. Note-se que a comunidade se tornaria uma precisamente graças ao ideal utópico em si. Sua universalidade juntaria todos os membros do grupo numa confraria; faria deles militantes de uma causa comum, subordinando as diferenças que, como sabemos, é fonte de injustiças e de conflitos.

⁴ Os que não sabem ou não lembram do que estou falando podem assistir os filmes *Easy Rider*, de Dennis Hopper; *Blow Up* e *Zabriskie Point*, de Antonioni, *Woodstock* e o recém desencavado *Rock and Roll Circus* dos Rolling Stones

Outra característica dos sistemas utópicos é serem sempre concebidos como sistemas fechados: a cidade rodeada de muros; o castelo no coração da floresta ou no vale escondido pelas nuvens; a ilha que não figura nas cartas nauticas; o reino sob as águas. Enfim, mais perto de nós, o Outro Mundo: a Lua de Verne, o Marte de Bradbury, o Júpiter de Kubrick, o Solaris de Tarkovsky... (sem excluir desta constante as anti-utopias tipo Los Angeles de *Blade Runner* ou o Nostromo, a espaçonave-sistema de *Alien*, o oitavo passageiro, que implode pela presença indesejada de um estranho nela).

Embora pareça contraditório, esta segunda e fundamental particularidade se deduz da primeira, da exigência de universalidade do ideal utópico. Não posso aprofundar este ponto como gostaria —o problema da lógica de classes e a função da exceção—, desejaria, porém, ilustrá-lo, lembrando o tom dos debates relativos à entrada ou não da Turquia à Comunidade Européia. O problema em questão era (e é) o fato de a Turquia ser a porta de entrada do mundo muçulmano, xiitas incluídos, para o ocidente democrático. O dilema decorre muito precisamente do ideal democrático de tolerância universal das diferenças, haja vista que o islamismo, não menos universalmente, pretende unificar o mundo todo sob a única e exclusiva lei do Corão. É fácil perceber o paradoxo: o Mundo Democrático estaria trazendo para dentro dos seus muros uma sorte de “cavalo de Troia Turco”; ao realizar seu ideal estaria acolhendo junto com os muçulmanos o germe de sua própria destruição. Esta discussão permitiu pensar que a tolerância democrática não é um ideal abstrato mas uma ativa política, o que torna perfeitamente coerente e em nada paradoxal que em nome deste princípio universal de tolerância sejam segregados os intolerantes. Quero dizer, em suma, que todo universal faz do seu sujeito uma ilha; ou ainda, que *a segregação é imanente ao movimento de instauração de um universal*.

Uma idéia mestra, então, de valor universal, que se for seguida à risca realizaria a felicidade de todos, só pode ser implantada por um discurso totalitário. Mais ainda, como é a idéia em questão que cria a comunidade, a faz existir como tal, discordar dela implica em colocar-se imediatamente nas margens desta. Quanto à idéia em si, não preciso lembrar que a própria noção de uma felicidade universal e igual

para todos é uma fantasia, neste caso, produzida pelo discurso utópico. O mar, em volta da “Ilha (utópica) da fantasia”, está composto de pessoas reais e desejantes, que se sustentam das suas singularidades —as quais, somadas, não fazem uno. De certo modo, este conjunto aberto dos segregados constitui o limite, a fronteira que faz da comunidade utópica uma totalidade.

Isso tudo diz respeito à estrutura das utopias *stricto sensu*, organizadas como sistema. A *demandada por utopias* em geral está mais perto do Sonho evocado por Lennon e pode identificar-se ao voto sempre renovado de uma sociedade mais justa e de um futuro melhor (nada contra isso). Pode ser a manifestação, entretanto, de uma das versões do infelizmente também sempre renovado desejo de um Senhor que vele por nós; de um Mestre que nos guie nestes tempos de incerteza e trevas. Neste sentido, a demanda de utopias não me parece uma via de saída do mal-estar, antes pelo contrário, é mais um sintoma do real que este mal-estar exprime. Certamente, podemos pôr na conta desta demanda por utopias, entendida como desejo de um Mestre, o sucesso milionário dos pregadores de todo o tipo que pipocam dentro e fora de seitas e igrejas, ou as criam *ad hoc*.

Em todo caso, é por funcionarem como respostas ao real de um gozo com o qual não mais se sabe o que fazer, que surgem fenômenos como “A Profecia Celestina”, pérola literária que infesta nossas livrarias; um Paulo Coelho, milenarista adocicado e cafona, transformado no maior sucesso editorial da história de Paris; um obscuro apresentador de TV argentino, Victor Sueyro, que escreve livro após livro —todos campeões de venda “na mais européia cidade de América do Sul” (breve teremos traduções ao português)—, contando-nos tudo que aprendeu em sua visita ao mais além, depois de sua ressurreição após uma parada cardíaca⁵.

O que dizer, então, da possibilidade de uma mudança, de uma transformação na sociedade atual? Ou seja, o que fazer com o mal-estar? Se a demanda de utopias

⁵ Não falo de ouvi-dizer, tenho o duvidoso mérito de ter lido esta maravilha, junto com *Brida*, do primeiro e *Os protocolos dos Sábios de Sion*, como parte de minha pesquisa sobre as manifestações de um discurso bem atual que denomino “discurso do cínico”.

estiver de fato, como eu penso, do lado do recalque, não do retorno do recalçado, diria que podemos esperar transformações apostando na contingência, não na necessidade. Na invenção. Pondo nossas fichas menos num projeto que calcule o bem de todos que em um que permita soltar as singularidades desejan­tes incalculáveis. Ou seja, a mudança virá pelo espaço que nos resta (e que se não resta, deveríamos abrir) para fazer fracassar o projeto totalitário —que, aliás, tem esse nome precisamente pelas suas relações com o universal e o necessário.

Não se trata, porém, de um convite à indiferença em matéria de política, mas de uma política que tire sua categoria do necessário de outro lugar. Dito de outra maneira, as condições de meu gozo são singulares e não poderia pretender para elas um valor universal. Posso querer ser como a Coca Cola, que espera satisfazer os esquimôs e os tuaregs por igual, ou então criar as condições sociais —no caso de elas não existirem já— para inscrever as possibilidades deste meu gozo singular. No fundo, não é muito diferente do direito que pretende garantir a constituição dos Estados Unidos para todos os cidadãos: a *perseguição* da felicidade. Esta formulação é muito diferente, creio, desta outra, embora venha da mesma sociedade: “satisfação garantida ou seu dinheiro de volta”. Porque ninguém promete na democracia que você alcançará a sua felicidade, nem muito menos que esta pode ter um fiador; apenas garante que, em tese, você estará livre para tentar. Dois discursos, então, para a mesma idéia: *happiness for all*.

São Paulo janeiro de 1997